

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.443 - SC (2019/0218429-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**
ADVOGADOS : **LUIZELENA TOMAZELLI - SC025982**
 EMERSON DOS SANTOS MAGALHÃES - SC032534
 MILTON LUIZ CLEVE KUSTER JÚNIOR - SC034853
AGRAVADO : **CARLA CRISTINA DE FRANÇA LEMOS**
ADVOGADOS : **VANESSA CRISTINA PASQUALINI - SC013695**
 MAURÍCIO PROBST - SC012779

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE. ACIDENTE COM PASSAGEIRO DE ÔNIBUS. QUEDA NO DESEMBARQUE. VEÍCULO. CAUSA DETERMINANTE PARA O ACIDENTE. NEXO DE CAUSALIDADE DEMONSTRADO. COBERTURA DEVIDA. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBA ADEQUADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

'É cabível indenização securitária na hipótese excepcional em que o veículo automotor esteja parado ou estacionado. Para isso, todavia, é necessário comprovar que o acidente decorreu de ação não provocada pela vítima, de forma culposa ou dolosa e que o veículo automotor seja causa determinante da ocorrência do evento danoso' (STJ, REsp n. 1187311/MS, rel. Min. Massami Uyeda, j. em 20-9-2011)" (fl. 161 e-STJ).

No recurso especial, alegando divergência jurisprudencial, a recorrente defendeu que o sinistro em questão não se trata de um acidente de trânsito passível de cobertura.

Sustentou que *"a lesão sofrida pela recorrida se deu pelo uso do ônibus"* (fl. 171 e-STJ).

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 194/199 e-STJ), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O acórdão ora recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte, admitindo tratar-se de hipótese excepcional que comporta indenização securitária.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO APELO EXTREMO. INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. Consoante entendimento desta Corte, o fato gerador da cobertura do seguro obrigatório DPVAT é o acidente causador de dano pessoal provocado por veículo automotor de via terrestre ou por sua carga, admitida a indenização securitária na hipótese excepcional em que o veículo automotor esteja parado ou estacionado. Precedentes.

2. 'A caracterização do infortúnio como acidente de trabalho não impede, necessariamente, que esse também seja considerado como um acidente causado por veículo automotor e, portanto, coberto pelo DPVAT.' (AgRg no AREsp 145.473/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 16/05/2014).

3. Agravo interno desprovido."

(AgInt no REsp 1.376.847/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 15/9/2017)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS DE VIA TERRESTRE (DPVAT). ACIDENTE DE TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL. SÚMULA Nº 7/STJ. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. PRECEDENTES.

1. Em regra, para que o sinistro seja considerado protegido pelo seguro DPVAT, é imprescindível que ele tenha sido ocasionado pelo uso de veículo automotor.

2. 'Contudo, é cabível indenização securitária na hipótese excepcional em que o veículo automotor esteja parado ou estacionado. Para isso, todavia, é necessário comprovar que o acidente decorreu de ação não provocada pela vítima, de forma culposa ou dolosa e que o veículo automotor seja causa determinante da ocorrência do evento danoso' (REsp 1.187.311/MS, Rel. Ministro Massami Uyeda, DJe 28/9/2011).

3. Na hipótese, as instâncias ordinárias concluíram que o veículo automotor não foi a causa determinante do dano sofrido pela recorrente, sendo, portanto, incabível a indenização.

4. Tendo o tribunal de origem reconhecido, diante do contexto fático dos autos, que não houve relação de causalidade entre o ato do motorista e os danos sofridos pela agravante para fins de indenização de seguro DPVAT, a pretensão recursal em sentido contrário esbarra no óbice da Súmula nº 7/STJ.

5. Agravo regimental não provido."

(AgRg no REsp 1.318.402/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/8/2013, DJe 5/9/2013)

"CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS DE VIA TERRESTRE (DPVAT). QUEDA

Superior Tribunal de Justiça

DURANTE VERIFICAÇÃO DE CARGA. INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO CAUSAL. AUSENTE.

1. O seguro obrigatório (DPVAT) é contrato legal, de cunho social, regulamentado pela Lei n.º 6.194/74, em que o segurado é indeterminado. Ele tem por objetivo a reparação por eventual dano pessoal, independente de juízo de valor acerca da existência de culpa. Ou seja, para que o sinistro seja considerado protegido pelo seguro DPVAT, é necessário que ele tenha sido ocasionado pelo uso de veículo automotor.

2. Considerando que o uso comum que se dá ao veículo é a circulação em área pública, em regra, os sinistros que porventura ocorram somente serão cobertos pelo seguro obrigatório quando o acidente ocorrer com pelo menos um veículo em movimento. Entretanto, é possível imaginar hipóteses excepcionais em que o veículo parado cause danos indenizáveis. Para isso, seria necessário que o próprio veículo ou a sua carga, causasse dano a seu condutor ou a um terceiro.

3. Na hipótese, o veículo automotor não foi a causa determinante do dano sofrido pelo recorrente, sendo, portanto, incabível a indenização securitária.

4. Recurso especial não provido."

(REsp 1.182.871/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/5/2012, DJe 10/5/2012)

O Tribunal de origem, embasando-se no boletim de ocorrência, concluiu que, no caso, o veículo automotor, ainda que parado, foi a causa determinante do dano sofrido pela ora recorrida, haja vista que, ao desembarcar do ônibus, o segundo degrau "balançou" sob seus pés, acarretando fraturas no tornozelo.

Tal premissa fática não cabe revisão nesta oportunidade, considerando que em recurso especial é vedado o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos.

Nesse contexto, perfeitamente aplicáveis são as Súmulas n.ºs 7 e 83/STJ a inviabilizar o conhecimento do recurso especial.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 800,00 (oitocentos reais), aos quais foram acrescentados pela Corte de apelação, a título de honorários recursais, mais R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). Nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, acresça-se à condenação mais R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator